

## **O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO TURISMO E DO LAZER: concepções, interações e centralidades<sup>1</sup>**

Ana Paula Guimarães Santos de Oliveira<sup>2</sup>

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, MG, Brasil

**RESUMO:** Este artigo é parte da tese de doutorado do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Universidade Federal de Minas Gerais. Consiste em uma revisão bibliográfica cujo objetivo foi identificar qual compreensão de desenvolvimento regional é coerente com o entendimento de lazer e de turismo como direitos. Os resultados dessa pesquisa destacaram o desenvolvimento regional como aquele que diz respeito ao local e às pessoas, pautado no tripé território, articulação regional e transformação política. Destarte, a centralidade do desenvolvimento regional do lazer e do turismo está intimamente relacionada às práxis sociais coletivas, e ao desenvolvimento social e humano, sem desconsiderar o econômico.

**Palavras-chave:** Lazer. Turismo. Política Pública. Desenvolvimento Regional.

### **REGIONAL DEVELOPMENT OF TOURISM AND LEISURE: conceptions, interactions and centralities**

**ABSTRACT:** This article is part of the doctoral thesis of the Interdisciplinary Postgraduate Program in Leisure Studies, Federal University of Minas Gerais. It consists of a bibliographical review whose objective was to identify which understanding of regional development is coherent with the understanding of leisure and tourism as rights. The results of this research highlighted the regional development as the one that concerns the place and the people, based on tripod territory, regional articulation and political transformation. Thus, the centrality of the regional development of leisure and tourism is closely related to collective social praxis, and social and human development, without disregarding the economic.

**Keywords:** Leisure. Tourism. Public Policy. Regional Development.

### **EL DESARROLLO REGIONAL DEL TURISMO Y DEL ÓCIO: concepciones,**

---

<sup>1</sup> Versão preliminar apresentada no XIII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR – realizado nos dias 28 a 30 de setembro de 2016, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer / Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Curso de Turismo da UFMG. Email: anapaulagsantos@yahoo.com.br

## las interacciones y las centralidades

**RESUMEN:** Este artículo es parte de la tesis doctoral del Programa Interdisciplinario de Posgrado en Estudios de Ocio de la Universidad Federal de Minas Gerais. Consiste en una revisión de la literatura tuvo como objetivo identificar el que la comprensión del desarrollo regional es coherente con el entendimiento del ocio y el turismo como derechos. Los resultados de esta investigación destacaron el desarrollo regional como una que se refiere al lugar y las personas, basado en el trípede territorio, la coordinación regional y la transformación política. Por lo tanto, la centralidad de ocio regional y el desarrollo del turismo están estrechamente relacionados con la praxis social colectiva, y el desarrollo social y humano, sin dejar de lado los aspectos económicos.

**Palabras-clave:** Ocio. Turismo. Política Pública de Desarrollo Regional.

### Introdução

Considera-se que o lazer é um fenômeno social, político, cultural, e também econômico. É dialético e complexo, e por isso, permeado por ambiguidades, contradições, conflitos e tensões. É uma expressão da sociedade, portanto, localizado historicamente. Complementarmente, em uma visão que pretende ir além da eurocêntrica, e que reforça um ponto de vista hegemônico<sup>3</sup> – fortemente associado à modernidade e à sociedade urbano-industrial –, em estudos mais recentes, com os quais se coaduna, o lazer é compreendido como uma dimensão da cultura, constituída pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo-espaço social (GOMES, 2011, 2014).

Definido pela Constituição Federal de 1988, e amplamente difundido na produção bibliográfica, o lazer é um direito social (GOMES & ISAYAMA, 2015), e, por isso, envolve a noção de dever e compromisso. O dever do poder público de direcionar atenção e esforços a essa área, e o compromisso de todos para entendê-lo como veículo de transformação da sociedade, e não apenas como um contraponto ao trabalho, um divertimento, ou até mesmo como uma fonte de alienação.

O turismo, por sua vez, é frequentemente concebido como uma atividade econômica voltada para a reprodução da lógica de acumulação do capital, apropriação das localidades e suas culturas e, desse modo, fortemente ligado à dimensão econômica. Contudo, assim como o lazer, o turismo é declarado pela Organização Mundial de Turismo, em diversos artigos do Código de Ética do Turismo, de 1999, como um direito de todos os habitantes do planeta.

Recentes estudos apontam que ele precisa ser concebido como um fenômeno social, situado no campo das práticas sociais. Esse entendimento, compartilhado por este estudo, insere questões sociais no âmago dos processos de análise. Desse modo,

<sup>3</sup> Aquele que tem suas raízes na Europa industrial, e que concebe o lazer como um contraponto ao trabalho.

considera-se que o turismo “implica em processo de contradição na relação entre seus atores e o meio ambiente em que esta prática se efetiva” (CARVALHO; MOESCH, 2013, p.449).

Ao visitar a produção bibliográfica sobre o turismo e o lazer, sobretudo aquela produzida na década de 1990 e início dos anos 2000, é perceptível a preeminência da visão que sobrepõe o turismo ao lazer. Contudo, recentemente, algumas tentativas de ir além desse ponto de vista estão surgindo, mesmo que de modo ainda incipiente (LACERDA, 2010; SOUZA, 2010; SANTOS, 2016).

Essas pesquisas identificadas estudaram as interfaces entre esses dois campos do saber (ARAÚJO E ISAYAMA, 2009; GOMES, PINHEIRO & LACERDA, 2010; LACERDA, 2010; SOUZA, 2010; SANTOS, 2016). Havia nelas, mesmo que implicitamente, a intenção de questionar a visão apresentada anteriormente, e de maneira mais declarada, contribuir para promover avanços nesses campos de conhecimento.

Os trabalhos que foram desenvolvidos a partir de fontes secundárias estudaram a produção bibliográfica, cada um com sua definição de fontes e métodos específicos. Os resultados obtidos confirmam o ponto de vista anteriormente apresentado. Contudo, mesmo que tacitamente, os estudos deixam pistas que demonstram certo desconforto com os resultados obtidos, sugerem novas pesquisas, o que demonstra uma lacuna existente, e apontam algumas direções. Logo, uma direção apresentada, seria a realização de outras investigações que visem analisar, não somente a produção bibliográfica, mas também de estudos empíricos, que possam revelar essas interfaces e distinções.

Assim, Lacerda (2010) destaca a existência de interfaces entre as áreas, e Souza (2010) alerta para o não tratamento de ambos como sinônimos, uma vez que conservam subáreas autônomas. Este posicionamento visa a não redução de um ao outro, e o tratamento deles como campos de conhecimentos distintos, que se entrecruzam em uma linha tênue de difícil delimitação (ARAÚJO & YSAYAMA, 2009; GOMES, PINHEIRO & LACERDA, 2010), mas que em um certo momento, formam um núcleo comum. Desse modo, o desafio consiste em compreender as interações entre as duas áreas.

Para tentar explicar os resultados encontrados pelas pesquisas identificadas anteriormente, uma possível interpretação pode estar contida na visão apresentada por Panosso Netto e Nechar (2016), ao afirmarem que parte do fenômeno do turismo ainda não foi revelada, e de certa forma está submersa, por isso é difícil de ser compreendida. Os mesmos autores sustentam essa argumentação por meio da percepção de que a maioria dos estudos amplamente divulgados no Brasil, se apoiam em pesquisas de língua inglesa, e, portanto, fortemente relacionada ao industrialismo e, por isso, deixam de considerar outras realidades. Assim eles alertam para o desconhecimento, a falta de interesse, ou até mesmo, não querer tocar no tema como justificativas.

Para reforçar o posicionamento aqui assumido, toma-se, novamente, a fala de

Panosso Netto & Nechar (2016, p.14) ao afirmarem que: “Concordamos que o turismo se faz na prática, no ato de viajar, de hospedar, alimentar, de ter tempo de lazer, tempo de férias, viagens de negócios, motivações diversas etc”. Esse trecho chama atenção para diferentes tempos, unidade comum ao lazer e ao turismo, mas também considera outras possibilidades. Essas por sua vez, afastam o turismo do lazer, destacadamente as viagens de negócios e motivações diversas e que deixam de se associar ao lazer. Por isso é possível reafirmar que os fenômenos, como dito anteriormente, possuem um núcleo comum, mas a tentativa de sobrepor um a outro, seria um ato de redução dos fenômenos, que pouco acrescentaria ao desenvolvimento do conhecimento científico dos dois campos. É fundamental que eles sejam tratados como campos distintos e que se entrecruzam, que se intercambiam. Mas que também guardam elementos que os distinguem.

O turismo é um fenômeno socioeconômico de grande significado humano, ou seja, recreação, Lazer e desenvolvimento pessoal, são três aspectos que devem ser reinterpretados, no conjunto da prática nos lugares onde ele se realiza. Não somente o visitante deve receber os “benefícios” que seu poder aquisitivo permite no desfrute dos atrativos, patrimônios e recursos, mas também o coletivo humano da sociedade que inclui os habitantes ou residentes locais (PANOSSO NETTO & NECHAR, 2016, p.19).

Destarte, este artigo está apoiado nessa percepção, pois considera que há conhecimento acerca do turismo que ainda não foi totalmente revelado. Concorda-se com Panosso Netto, Noguero e Jäguer (2011), ao afirmarem que os estudos do turismo passam por uma revisão das teorias desenvolvidas até o momento presente. É necessário, pois, visitar e revisitar o passado teórico do turismo, destacadamente aqueles produzidos em outras línguas, não apenas a inglesa, e que antecedem ao que hoje parece estar consolidado. Afirma-se isso, pois, compreende-se que atribuir ao turismo uma visão puramente econômica é um limitador, não só para o desenvolvimento de teorias contemporâneas, mas também, o próprio desenvolvimento deste como práxis social.

Percorrendo esse caminho como uma forma de questionar os alicerces teóricos, outras discussões podem ser suscitadas, e novos resultados para a inquietude levantada podem emergir. No entanto, ao percorrer a interseção proposta por este estudo envolvendo o lazer, o turismo e o desenvolvimento regional, novos elementos poderão emergir, e um novo entendimento poderá aclarar a lacuna apresentada.

O contexto apresentado e a literatura pesquisada permitem dizer, que o lazer e o turismo são fenômenos que se situam no campo das práticas sociais como direitos de cidadania, envolvendo várias outras dimensões que não só a econômica. Por essa razão, analisar o desenvolvimento destes por meio de apenas uma perspectiva, seria um exercício parcial e limitado dada a complexidade de relações que estabelecem.

Tendo em vista essas considerações preliminares, é relevante indagar: qual compreensão de desenvolvimento regional seria condizente com as concepções de lazer

e de turismo como direitos?

Essa foi a questão que mobilizou este artigo, que é parte de uma pesquisa de doutorado do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da UFMG. Versa sobre os temas lazer e turismo desenvolvimento regional, por meio de uma pesquisa bibliográfica. Seu objetivo consiste em analisar publicações sobre essas temáticas, tendo em vista identificar e discutir uma compreensão de desenvolvimento regional condizente com as concepções de lazer e de turismo como direitos.

A metodologia consistiu no levantamento de publicações no Portal Capes e no sistema de bibliotecas da UFMG. Desse modo, procedeu-se a procura a partir da combinação dos temas centrais descritos anteriormente. Foram localizados artigos, teses, dissertações, monografias e livros. Para a seleção do material bibliográfico, foi feita a leitura do resumo das publicações. Aqueles textos nos quais detectou-se a presença da combinação de pelo menos dois dos conceitos centrais, foram selecionados para compor a revisão proposta.

### Desenvolvimento, um conceito discutível

Ao pesquisar a literatura acerca do tema desenvolvimento, percebe-se que esta é vasta, de natureza distinta e por vezes, ambígua. Isso se explica, inicialmente, pela polissemia do conceito, derivado de distintas ideologias. Decorre igualmente, do uso do termo em diferentes contextos e disciplinas, bem como ao fato de ser uma expressão que se refere a todas as partes do mundo, em todos os níveis, que vai desde o indivíduo até as transformações globais. Em outras palavras, há uma diversidade de paradigmas de desenvolvimento, destacando alguns: modernização, dependência, neoliberalismo econômico, desenvolvimento alternativo, pós-desenvolvimento, desenvolvimento humano e desenvolvimento global (TELFER, 2015 *apud* SHARPLEY & TELFER, 2015).<sup>4</sup>

Logo, o conceito de desenvolvimento pode representar uma filosofia, aludindo desse modo, a uma visão desejada por uma sociedade; a um processo, que seria um plano de orientação, e considerado como sinônimo de progresso, a um resultado, ou ainda como uma convenção<sup>5</sup>. Esses argumentos permitem dizer que o conceito ainda é discutível, permanecendo como uma questão desafiadora.

Gómez (2011, p.1), ao dissertar sobre as críticas a este conceito, realiza um resgate histórico para defender a ideia de que seu progresso “coincide com as necessidades de superação das crises do capital nas últimas seis décadas”, e em sua formação atual, prioriza a escala territorial como a mais acurada. Em sua argumentação,

---

<sup>4</sup> Mesmo tendo apresentado alguns paradigmas, este estudo não tem pretensões de discutir cada um deles, mas sim, o desenvolvimento regional.

<sup>5</sup> Para Erber (2011) o desenvolvimento é representado por convenções – Convenções do Desenvolvimento – que são instituições constitucionais formadas por elementos epistemológicos e políticos-econômico, que funcionam como um dispositivo para reduzir incertezas e incrementar a coordenação dos atores econômicos e políticos, por meio de uma hierarquia de problemas e soluções. O estudo analisou duas convenções, que correspondem ao industrialismo e ao liberalismo. E termina por concluir a necessidade de uma nova convenção.

o autor afirma que na primeira metade do século XX, não se considerava como necessário o estabelecimento de programas, de natureza pública ou privada, cujo objetivo fosse promover o desenvolvimento. Isso porque o foco estava no crescimento econômico, e considerava-se que esse seria alcançado naturalmente, em função do devir capitalista.

No entanto, esse entendimento sofre modificações a partir da segunda metade do século XX, por meio do aperfeiçoamento tanto das noções teóricas e operativas, quanto das instituições que respaldariam o novo modelo de desenvolvimento. Assim, entre as décadas de 1960 e 1970 essa visão fracassa, permitindo concluir que crescimento não era sinônimo de desenvolvimento, pois, era necessário melhorar as condições de vida das populações (SACHS, 2008).

A partir da década de 1970 o conceito passa a ser ampliado e a adotar outros critérios, tais como a redução da pobreza material e do desemprego, bem como, da dependência cultural das grandes potências. A partir dessa ampliação, dois pontos são revelados: a justiça distributiva e a noção de autodeterminação (SHARPLEY, 2009). Questões mais subjetivas também passam a fazer parte do conceito nesse mesmo período. Então, percebe-se a inclusão de objetivos sociais mais amplos, incluindo aí o fortalecimento dos valores espirituais e culturais, entre outros elementos que têm relação com o lazer e o turismo. Com isso, o termo qualidade de vida também é inserido, repousando sobre ele a noção de sustento à vida, de estima e de liberdade. Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento passa a ser visto também, como o desenvolvimento de capacidades humanas.

A década de 1980 revela as variáveis endógenas como meio para o alcance do desenvolvimento, abrindo espaço para os recursos naturais. A partir desse ponto, o conceito passa a integrar o desenvolvimento social e ambiental.

Mesmo assim, as grandes disparidades entre os padrões de vida e de consumo das populações, e os altos índices de desigualdades, acrescidos das expressivas transformações tecnológicas, continuam a intensificar o processo de reflexão acerca do conceito desenvolvimento (BELLEN, 2006).

A década de 1990 revela impasses, destacando a pressão do processo de industrialização sob o meio ambiente. Em um período de desestabilização, e no qual são evidenciadas as limitações das meta-teorias do desenvolvimento, uma nova discussão emerge, ou seja, a teoria do pós-desenvolvimento. Essa teoria parte do pressuposto que o projeto de desenvolvimento global falhou. Por isso, a ideia de desenvolvimento foi um engano, pois nunca foi constituída com vistas aos problemas humanos e do meio ambiente, mas sim, como um caminho para o êxito do capitalismo neoliberal. Logo, a ideia de desenvolvimento global deve ser abandonada e uma nova noção deve ser reorganizada, incluindo a perspectiva de um mundo melhor (SHARPLEY, 2009).

A reorganização das alterações em direção às necessidades repousa em concepções alternativas, cujas mudanças devem emanar do povo, que decide como eles

desejam viver suas vidas. O pós-desenvolvimento é uma reação contra a globalização. Sua pretensão é devolver o poder para a localidade. Entretanto, esse novo conceito carrega consigo um problema próprio, que reside na noção implícita de que a política local e as estruturas econômicas e sociais operam eficientemente e de acordo com os interesses das pessoas do local (SHARPLEY, 2009).

O que foi expresso até aqui evidencia que o conceito de desenvolvimento é complexo e multidimensional, histórico e social. Dialeticamente envolve tanto fatores relacionados à exploração, ao crescimento econômico, ou a um processo social de reprodução do grupo dominante. Dito de outra maneira, como uma estratégia de acumulação de capital, ou um objetivo de controle social. Em outra perspectiva, abrange a inserção de indicadores sociais, a integridade política e cultural, e a liberdade de todos os indivíduos em direção à transformação do padrão de vida da população. Isso implica em um processo partilhado de produção e distribuição de riqueza, de modo equânime e em conformidade com as necessidades das pessoas. Deve representar uma mudança contínua e positiva nas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais, sendo guiado pelo princípio da liberdade de escolha, e limitado pela capacidade do meio ambiente para sustentar tal mudança. Esse posicionamento, assumido por este estudo, revela dois pontos fundamentais, que são a liberdade, e o limite imposto. Desse modo, para que seja considerado como desenvolvimento, há que se ter liberdade de escolha e respeito aos limites, sendo esses não só os do meio ambiente, mas também os da sociedade.

Para complementar, a base desse conceito está associada àquele introduzido por Amartya Sen na década de 1990, e que foi adotado na mesma década pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Este por sua vez consiste na expansão das liberdades de escolhas individuais, e está fundamentado no tripé educação/saúde/longevidade. Entretanto, esse conceito é ampliado a partir da primeira década do século XXI, momento em que sua centralidade é modificada. Por isso, deixa de considerar apenas as capacidades humanas individuais, para a incorporação de capacidades, preocupações e percepções da sociedade, em um compromisso com os princípios de coesão social (PNUD, 2013). Representa, portanto, a relação entre as riquezas econômicas e a melhoria da qualidade de vida, possibilitando viver do modo como gostaríamos, e desfrutar das diversas liberdades - liberdade básica de viver, liberdades civis e políticas, liberdade de ação e decisão, por exemplo.

Esse olhar permite dizer que as propostas contemporâneas sobre o tema têm procurado corrigir a perspectiva que se baseia apenas no crescimento do PIB – Produto Interno Bruto. A partir daí, procura-se estabelecer uma ponte entre o passado e o futuro, e entre a cultura e a biosfera, por isso, não se pode ignorar as relações aí imbricadas. Desse modo, no futuro, a humanidade deverá apoiar a continuidade de seu desenvolvimento baseado não apenas no crescimento do produto interno bruto – PIB, mas sobretudo no desenvolvimento humano, considerando a redução das desigualdades,

da pobreza, o acesso à educação e saúde, e na proteção do meio ambiente.

Destarte, é pertinente reafirmar que ainda não há uma definição satisfatória para esse conceito, que é dialético, e apropriado por diferentes áreas, entre as quais o lazer e o turismo. Alguns adjetivos justapostos ao termo desenvolvimento – tais como sustentável, social, humano, e regional – têm sido utilizados por pesquisas e projetos na atualidade. Para Conterato & Fillipi (2009, p.11), “o termo desenvolvimento é uma palavra-chave que se presta a várias e distintas interpretações”, permitindo, a adição desses adjetivos, como possibilidade de restrição do termo a um campo de estudo específico, ou ainda, para dar um “zoom” na definição de parâmetros para a pesquisa. Embora os autores afirmem isso, é necessário que se tenha cuidado ao fazer uso dos adjetivos, sob pena de continuar a se referir ao desenvolvimento como algo que pretende tudo e nada ao mesmo tempo, como dito anteriormente.

Alguns desses adjetivos têm sido enfatizados em projetos e políticas de lazer e de turismo. Assim sendo, a sessão a seguir discorre sobre o conceito de desenvolvimento regional, uma vez que esse orienta a política de desenvolvimento do turismo brasileiro.

### **Desenvolvimento regional: limites e possibilidade do conceito**

Primeiramente, há que se destacar que o conceito de desenvolvimento é polissêmico, histórico e social. Pode servir como uma estratégia de acumulação de capital, como um objetivo de controle social, ou ainda, como um processo partilhado de produção e distribuição de riqueza, de modo equânime e em conformidade com as necessidades das pessoas. Destarte, é pertinente considerar que ainda não há uma definição satisfatória para esse conceito, que é também dialético, disciplinar, e apropriado por diferentes áreas, entre as quais o lazer e o turismo.

Ao relacionar lazer e turismo ao processo de desenvolvimento, percebe-se a associação desses à dimensão humana, dada a capacidade de ambos proporcionarem desenvolvimento sociocultural, qualidade de vida e bem-estar. Por essa razão, podem constituir alternativas contra-hegemônicas à noção de desenvolvimento focado somente em questões de crescimento econômico e acumulação de capital, reduzindo esses fenômenos à mercadorias destinadas à obtenção de lucro.

Alguns adjetivos adicionados ao termo desenvolvimento – tais como sustentável, social, humano, e regional – têm sido enfatizados em projetos e políticas de lazer e de turismo. Ao que parece, inicialmente, a centralidade desses conceitos gira em torno do local e dos sujeitos.

Desenvolvimento sustentável é um conceito ambicioso que acrescenta as dimensões da sustentabilidade ambiental e social, com um forte apelo à preservação, além de imprimir a necessidade do envolvimento de múltiplas escalas de tempo e espaço. Com o passar dos anos, foi considerado um conceito falho e uma utopia para o Século XXI. Isso por que está relacionado às teorias da modernização, que, de modo geral,

apresentam tendência evolucionista, reformista, burguesa e conservadora (CORIOLANO, 2003) e, portanto, não se desvincula da relação com o industrialismo. Ele traz consigo a pretensão de manutenção dos recursos naturais para gerações futuras, mas apoia a expansão do capital.

As críticas acerca desse conceito fazem surgir a discussão sobre a sustentabilidade fraca e forte. O conceito de sustentabilidade fraca é defendido pela teoria neoclássica. Em outras palavras, é uma vertente conectada aos preceitos da teoria do capital e da produção, que assume que os custos de degradação ambiental podem ser compensados pelos benefícios econômicos. Está diretamente vinculada à teoria do crescimento econômico, pois trata da alocação de recursos via mecanismo de preço, e não a manutenção do estoque de capital (MIKHAILOVA, 2004; MATTOS, 2012). Nesse caso, a preocupação da sustentabilidade se relaciona com o contexto do crescimento econômico, sendo alcançada por meio de ferramentas de mercado.

Por outro lado, a sustentabilidade forte defendida pela economia ecológica, como o nome já indica, contrapõe-se à sustentabilidade fraca, pois preza pela firme manutenção dos recursos naturais. Entende que é necessária a conservação de uma dada quantidade de recurso intacto para que este possa, assim, continuar fornecendo serviços críticos essenciais, como água por exemplo. Logo, essa abordagem prevê a manutenção física dos recursos naturais, introduzindo o conceito de capital natural crítico que corresponde àquela perda que seria irreversível e causaria danos ao bem-estar.

Essa abordagem restringe o crescimento e considera que o desenvolvimento sustentável significa uma mudança radical sobre o crescimento econômico, tal como compreendido pela ciência econômica. Isso implica na comparação entre o nível de consumo do capital natural e seu nível esperado para 40-50 anos, e termina por prever a redução desejável do consumo. Adicionalmente, considera a adoção de variáveis qualitativas, como eficiência no processo de gestão e aplicabilidade de materiais/energia, e defende a manutenção do ambiente natural intacto como garantia de bem-estar humano. Isso permite deslocar, mais uma vez, a centralidade do desenvolvimento, atribuindo maior valor a escala ambiental e humana. No entanto, há uma tensão aqui, pois manter intacto o ambiente natural parece utópico para a sociedade em que vivemos.

Desse modo, as ideias sobre a sustentabilidade têm sido alvo de debates e críticas. Uma delas é a vulgarização do conceito, que se tornou presença obrigatória nos discursos que têm o meio ambiente como objeto. Essa retórica, que configura a sustentabilidade fraca, tem a pretensão de legitimar o capital transnacional sob a noção de progresso e de (pós) modernidade, e terminam por deturpar o conceito de ambiente. Desse modo, carrega consigo ambiguidades e contradições, e parece ser uma utopia, mesmo havendo a necessidade de buscar um novo paradigma científico, capaz de substituir o industrialismo.

Seguindo uma mesma direção, o conceito de turismo sustentável foi elaborado como uma solução hipotética para o dilema decorrente da massificação da atividade,

principalmente os danos ao meio ambiente. No entanto, na prática, tal qual o desenvolvimento sustentável, o turismo sustentável é falho, pois, a ausência de uma definição clara sobre o que ele venha a ser, bem como os diversos significados existentes para o mesmo, a pouca clareza setorial e conceitual, além da confusão com relação aos problemas ambientais, faz com que na prática o conceito não seja aplicável (SHARPLEY, 2009) e amplamente questionado.

Por outro lado, as teorias críticas se contrapõem aos ideais burgueses e apresentam outras concepções. Delas derivam os conceitos de desenvolvimento social, endógeno e local, nos quais o que se pretende é a adoção de um modelo que seja capaz de estimular e desenvolver a cooperação, a solidariedade e a criatividade. Logo, um processo de mudança de mentalidade, pois sua orientação visa promover o desenvolvimento em escala humana, e o lazer e o turismo podem integrar esse processo.

Essas concepções têm sua base no local, aonde os processos se originam a partir da cultura e da potencialidade de cada localidade, onde se pretende alcançar desenvolvimento social e humano, contrapondo-se assim à visão hegemônica. Ela não nega o econômico: pelo contrário, pretende estimular pequenas economias, sociabilizar as oportunidades, e promover a dimensão humana. Por isso, representa uma mudança no eixo desse processo.

Desse modo, o desenvolvimento humano apresenta uma estrutura sistêmica, que ocorre em um tempo social e pessoal. Portanto, apresenta uma relação bidirecional, e de níveis verticais e horizontais (LAWRENCE & DODDS, 1997 *apud* POLÔNIA; DESSEN; SILVA., 2005). Pode ser considerado como um processo de reorganização continuada, que ocorre em nível pessoal, e que se estabelece a partir da unidade tempo e espaço (BRONFENBRENNER, 1996 *apud* POLÔNIA; DESSEN; SILVA., 2005). Assim, por meio dessa reorganização, que não é apenas transitória, as percepções, as atividades e as interações com o mundo são transformadas.

Nesse contexto, pode-se perceber que os indicadores relacionados à dimensão humana apresentam duas naturezas distintas, sendo elas objetivas e subjetivas, e estão centradas na pessoa e sua interação com o meio. A estrutura, a temporalidade, as mudanças e a continuidade perfazem alguns parâmetros. Na relação com o lazer e o turismo, pode-se fazer valer ainda, das características sociais das pessoas, a atitude, a satisfação e a participação em atividades de lazer e de turismo, além dos atributos do lugar.

As políticas públicas no Brasil e na América Latina necessitam modificar sua orientação, pois, ao longo de um extenso período, estiveram voltadas para a dimensão econômica, negligenciando as questões sociais, culturais e ambientais do local. Assim, rumo à mudança, a descentralização é entendida como um processo de redemocratização e, por meio dela, as políticas públicas devem ser elaboradas e implementadas como um instrumento de apropriação, planejamento e gestão das mais variadas e diversificadas esferas da vida social MOESCH, 2015 *apud* GOMES &

ISAYAMA (2015). Considera-se, portanto, que a concepção e implementação de políticas públicas de lazer e de turismo deveria seguir uma outra direção, da qual derivem proposições que reconheçam esses dois fenômenos como direitos, como já ressaltado, com intervenções mais humanizadas e capacidade para produzir efeitos mais significativos nas questões sociais e ambientais das localidades, e não apenas como políticas de controle social.

Uma política a ser destacada neste estudo é a do Turismo brasileiro, que tem como base o desenvolvimento regional. Desse modo, o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil consiste em uma estratégia geopolítica<sup>6</sup> de compartimentar espaços para trabalhá-los em porções menores, com o alcance de objetivos em curto, médio e longo prazo. Pensar em uma região implica identificar processos que possibilitem reativar pequenas economias, dinamizar a comunidade local, mediante o aproveitamento de seus recursos, estimular e diversificar o crescimento econômico, e melhorar a qualidade de vida das populações residentes, tal qual os pressupostos do desenvolvimento social e humano destacados anteriormente.

É importante esclarecer que regionalizar

É construir um ambiente democrático, harmônico e participativo entre poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade. É promover a integração e cooperação intersetorial, com vistas à sinergia na atuação conjunta entre todos os envolvidos direta e indiretamente na atividade turística de uma determinada localidade (BRASIL, 2007, p.10).

Desse modo, a política de turismo passa a adotar o conceito de regionalização, que se refere a um procedimento operacional de divisão dos territórios, no qual a região é entendida como uma estratégia para gerar desenvolvimento socioeconômico. Há, no entanto, que se considerar outras perspectivas de regionalização, dentre elas aquela que é produto da sociedade, e que pode ser explicada pela dialética entre os conceitos de modo de produção e de formação socioespacial. Ou seja, aquela pertinente a um sistema relacional entre grupos e indivíduos. Portanto, fruto da organização sócio territorial e das formas de gestão do desenvolvimento local e regional.

Nessa direção, o desenvolvimento regional pode ser entendido como meio para redução das disparidades regionais e opções por práticas participativas e democráticas, a partir de mecanismos de articulação entre sujeitos sociais, voltados para escalas locais. Seus fundamentos estão centrados em um tripé: território, articulação regional e transformação política pelos habitantes.

Baseia-se na flexibilidade com adaptabilidade ao local e, assim, se volta para as especificidades locais a partir de dimensões sociopolíticas, cultural, dos valores e instituições locais. Significa promover a produção e distribuição de riquezas de forma solidária, partilhada e justa. Resulta, portanto, de práxis sociais coletivas, cujo objetivo é

---

<sup>6</sup> Diferentemente da concepção expressa na política, entende-se a geopolítica como um campo de conhecimento multidisciplinar, que congrega as ciências sociais e humanas, e se dedica ao estudo das relações existentes entre os estados e sua política, juntamente com os dados ambientais, sendo os últimos definidores da política.

encontrar soluções locais, ou seja, endogenia (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2014).

Sua filosofia passa pela solidariedade humana. Isso quer dizer que é insuficiente a análise do desenvolvimento regional, por exemplo, a partir da Teoria da Base Econômica Regional, por meio do Quociente Locacional<sup>7</sup>, que refere à medição da concentração de uma atividade numa dada área. Pode-se dizer isso, pois, o fundamento dessa análise está na noção de exportação de serviços, ou seja, relacionado apenas à demanda, desconsiderando outras dimensões. O estudo realizado por Aulicino (2011), fundamentado na teoria de base econômica regional, embora considere e afirme o desenvolvimento regional por meio do coeficiente relacional, focaliza a dimensão econômica, e como uma medida quantitativa não mensura os elementos qualitativos, como o bem-estar e a qualidade de vida, por exemplo. Isso significa dizer que é necessário ampliar o espectro de análise quando se trata de desenvolvimento regional do lazer e do turismo.

Nesse contexto, “o objetivo do desenvolvimento regional é encontrar formas de inserção de lugares na economia de mercado, sem necessariamente desvalorização do homem, lugares, patrimônio cultural e natural” (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2014). Está intimamente relacionado ao desenvolvimento social e humano, sem, no entanto, deixar de considerar o econômico, que assume outra direção, qual seja, o do incentivo à pequenas economias e o favorecimento de crédito às microempresas. Nessa direção, tanto o lazer quanto o turismo podem contribuir para o desenvolvimento regional.

Igualmente importante destacar que as orientações da política de regionalização do turismo estão em consonância com a Constituição Federal. O Art. 21, Cap. IX, atribui à União a responsabilidade de “elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social” (BRASIL, 1988, s.p.). E também que noção de descentralização instituída no Brasil com o processo de redemocratização na década de 1980, e expressa igualmente na Constituição de 1988, que requeria a melhoria das relações entre os agentes dos setores políticos e privados, em busca de um objetivo comum, termina por impor às autoridades novos e maiores desafios e exigências relacionadas ao processo de desenvolvimento (MOESCH, 2015 *apud* GOMES & ISAYAMA (2015)). No entanto, esse desafio é lançado à toda a sociedade, e não apenas ao ambiente político.

Como dito anteriormente, é preciso avaliar a noção de desenvolvimento apresentada pelas políticas públicas, tanto em seu processo de formulação, quanto de implementação. Nessa direção, a atual política de turismo brasileira parece ter como orientação o desenvolvimento regional carregando consigo noções de desenvolvimento social e humano. Afinal, ela destaca a comunidade local, a qualidade de vida dos residentes, o estímulo a pequenas economias, a integração e a cooperação entre os

---

<sup>7</sup> O coeficiente locacional pode ser expresso dessa maneira:  $\frac{Si/Ni}{S/N}$  ou  $\frac{Si/N}{Ni/N}$  onde: Si- corresponde ao emprego na atividade “i” da região; S - corresponde ao emprego total na região; Ni-corresponde ao emprego na atividade “i” para a nação ou área de referência; N -corresponde ao emprego total da nação ou área de referência. (Fonte: AULICINO, 2011)

envolvidos. Essa política parece deslocar a noção de turismo centrado no turista, para o turismo centrado no local. O que poderia ser considerado como um avanço.

### **Considerações finais: o desenvolvimento regional do turismo e do lazer**

A interação entre turismo, lazer, políticas públicas e desenvolvimento regional requer uma análise interdisciplinar. Os resultados da pesquisa bibliográfica realizada evidenciam a urgente e necessária consideração das múltiplas escalas de tempo e espaço nas análises do desenvolvimento regional.

É importante destacar que o desenvolvimento regional do lazer e do turismo deriva das práxis sociais coletivas, em uma relação dialógica no tempo/espaço, requerendo uma abordagem mais humanizada e endógena. Logo, requer uma orientação para necessidades, que não sejam apenas as do mercado, harmonia com a natureza, autoconfiança, e abertura para mudança institucional. Requer do mesmo modo, a desvinculação da percepção de turismo como indústria, e com a crise dos valores culturais, humanos, morais e éticos que a modernidade fez surgir. Significa atribuir valor diferente ao turismo, e tentar frear a velocidade que aliena. Em outras palavras, denota mudar toda uma atribuição de significados para o turismo e o lazer, ou seja, mudança de postura, mesmo que isso a princípio pareça utópico.

Por isso, é necessário promover análises e realizar projetos que extrapolem a dimensão econômica e inclua outras. Destaca-se então, as dimensões social, cultural e ambiental, e preferencialmente, combinando abordagens qualitativas e quantitativas. O objetivo destas seria superar o conformismo e promover o engajamento social e político, respeitando a identidade dos residentes nos locais turísticos, bem como a dos turistas.

Demanda, igualmente, entender que a inclusão dessas variáveis deve perseguir outro objetivo, distinto daquele que legitima o capital e o industrialismo. Carece servir de base para a construção de modelos de desenvolvimento pautados nas especificidades do local, e nas pessoas por meio da participação e da democracia, em detrimento à reprodução de modelos previamente determinados.

Sob esse olhar, as políticas de desenvolvimento regional do lazer e do turismo precisam ser elaboradas e implementadas não como prática de controle social, mas sim, como um meio de valorização do local. Isso será possível por meio de práticas que fortaleçam e qualifiquem as estruturas internas, em um processo de integração e de visão mais humanista, deslocando para as pessoas a centralidade do processo. Devem considerá-los como fator de transformação social intimamente ligado à dimensão da vida, e aos valores de sociabilidade, cooperação e associativismo. Logo, a fruição desse desenvolvimento requer um processo de mudança e flexibilidade pautado no tripé: território, articulação regional e transformação política.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. ISAYAMA, H.F. As fronteiras entre turismo e lazer: In: ISAYAMA, H.F. *et al. Coletânea X Seminário o Lazer em Debate*. Belo Horizonte, 2009.

AULICINO, M.P. Turismo e Desenvolvimento Regional: um estudo no Estado de São Paulo. **Turismo em Análise**, São Paulo, v.22, n.1, 2011.

BELLEN, Hans M.V. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 15 ago 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes Operacionais: Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Turismo 2003/2007: diretrizes, metas e programas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Políticas: Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Turismo 2013/2016: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

BRONFEMBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. (M.A.Veríssimo, Trad.). Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1996.

CARVALHO, M L.; BARBOSA T. R. C. G.; SOARES, J. B. **Implementação de política pública: uma abordagem teórica e crítica**. COLOQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITÁRIA EM AMÉRICA DEL SUR. MAR DEL PLATA, 10, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/97020/IMPLEMENTA%C3%87%C>

[3%83O%20DE%20POL%C3%8DTICA%20P%C3%9ABLICA%20UMA%20ABORDAGE M%20TE%C3%93RICA%20E%20CR.pdf?sequence=1.](#)

CARVALHO, M.S; MOESCH, M.M. Turismo como fenômeno social e suas implicações no espaço rural. **Revista Brasileira de Ecoturismo**. São Paulo, v.6, n.2, Mai/jul, 2013. p.442-457.

CONTERATO, M. A; FILLIP, E.E. **Terorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: UAB/UFRGS; Ed. UFRGS, 2009.

CORIOLOANO, L.N. M.T. Os limites do desenvolvimento regional do turismo. **Passos. Revista Brasileira de Turismo e Patrimônio Cultural**, v.1, n.2., 2003. Disponível em: <https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/bgg/article/view/4212>. Acesso em: 20 abr. 2016.

CORIOLOANO, Luzia N.; VASCONCELOS, Fábio P. Lazer e Turismo: novas centralidades da sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v.1, n. 2, p.3-22, 2014, Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/773/637>. Acesso em: 07 abr. 2016

ERBER, F.S. **The Evolution of Development Conventions**. Especial CONGRESSO DA SOCIEDADE INTERNACIONAL, 12. J. A. Schumpeter. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v16n1/01.pdf>. Acesso em 26 set.2016.

FIGUEIREDO, S.L.; AZEVEDO, F.F; WILKER, R. M. N (org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015.

GOMES, C.; PINHEIRO, M. LACERDA, L. **Lazer, turismo e inclusão social: intervenções com idosos**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

GOMES, C.L. **Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento**. 2011. Disponível em <[www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV14N03\\_ar1.pdf](http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV14N03_ar1.pdf)>.

\_\_\_\_\_. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira do Lazer**. Belo Horizonte, v.1 n.1, p. 3-20, jan/out. 2014.

GOMES, C.L.; ISAYAMA, F. (org.). **O Direito social ao lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015.

GOMES, C.M. **Dumazedier e os Estudos do Lazer no Brasil: breve trajetória histórica**. Disponível em: [ufsj.edu.br/.../1-dumazedier\\_e\\_os\\_estudos\\_do\\_lazer\\_no\\_brasil\\_breve\\_trajetoria\\_historica](http://ufsj.edu.br/.../1-dumazedier_e_os_estudos_do_lazer_no_brasil_breve_trajetoria_historica)

GÓMEZ, Jorge M. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Revista eletrônica Pegada**, v. 3, n.1, 2011. Disponível em:

revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewfile/798/821. Acesso em 16 março 2016.

LACERDA, L.L.L. Interface Turismo – Lazer: Reflexões sobre as interações desses “campos” de estudo na realidade brasileira. **Revista Turismo Visão e Ação**. v.12, n.3, p.299-313, 2010. Disponível em: [www.univali.br/revistaturismo](http://www.univali.br/revistaturismo).

Lawrence, J.A. & Dodds, A.E. (1997). Conceptual transposition, parallelism, and interdisciplinary communication. Em J. Tudge, M.J. Shanahan & J. Valsiner (Orgs.), **Comparisons in human development: Understanding time and contexto** (pp. 293-303). New York: Cambridge University Press

MARCELLINO, N. C. Lazer como fator e indicador de desenvolvimento regional. In: MÜLLER, A. DaCASTA. L.P. **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

MATTOS, Ely J. **Desenvolvimento e meio ambiente: o papel dos indutores de impacto**. Repositório Digital LUME. UFRGS, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/54614>. Acesso em 15 março 2016.

MIYAMOTO, S. Os Estudos Geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. **Perspectivas**. São Paulo, 1981. Disponível em: [seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1713/1394](http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1713/1394). Acesso em 28 dez.2016.

MIKHAILOVA, Irina. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**. n.16. 2004. Disponível em [http://w3.ufsm.br/depcie/arquivos/artigo/ii\\_sustentabilidade.pdf](http://w3.ufsm.br/depcie/arquivos/artigo/ii_sustentabilidade.pdf). Acesso em 14 março 2016.

MOESCH. O lazer faz o elo: reinventar as políticas públicas para o lazer e o turismo humanizadores. In: GOMES, C.L.; ISAYAMA, F. (org.). **O Direito social ao lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015.

MÜLLER, A. DaCASTA. L.P. **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

MÜLLER, A. DaCASTA. L.P.; BURGOS, M. S. WEISS, G. F. O 14<sup>o</sup> Enarel de Santa Cruz do Sul (RS) – Lazer desenvolvimento regional e estilo de vida. In: MARCELLINO, N.C. YSAYAMA, H. F. (Org.) **ENAREL 25 anos de História**. Campinas: Ed. Autores Associados, 2014.

OLIVEIRA, A. P. G. S.; GOMES, C.L. O desenvolvimento regional do turismo e do lazer:

Concepções. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS DO LAZER, 2; SEMINÁRIO "O LAZER EM DEBATE", 16. **Anais...** Belém: NAEA, ANPEL, 2016. ISBN: 978-85-7143-152-2

OLIVEIRA, Rafael Almeida. **Descentralização**: um paralelo entre os circuitos turísticos de Minas Gerais e o modelo francês de regionalização do turismo. Belo Horizonte, 2008.

PANOSSO NETTO, A.; NOGUERO, F.T.; JÄGUER, M. Por uma visão crítica nos estudos turísticos. **Turismo em Análise**, v.22, n.3, Dez., 2011.

PANOSSO NETTO, A. NECHAR, M. C. **Turismo**: perspectiva crítica. Textos resumidos. Ed. Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

PNUD. Relatório do desenvolvimento humano 2013. A ascensão do sul: Progresso humano num mundo diversificado. Nova York. 2013. Disponível em: <https://www.un.org/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf>. Acesso em 20 dez. 2016.

POLÔNIA, A. C.; DESSEN, M. A.; SILVA, N. L. P. O modelo bioecológico de Bronfenbrenner: contribuições para o desenvolvimento humano. In: DESSEN, M. A.; COSTA JUNIOR, A. L. (Orgs). **A ciência do desenvolvimento humano**: tendências atuais e perspectivas de futuro. Porto Alegre: Artmed, 2005. Cap.4, p. 71-89.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI. **Ambient. soc.** [online]. v.7, n.2, p. 214-216, 2004. ISSN 1809-4422. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S1414753X2004000200016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1414753X2004000200016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)> Acesso em 22 março 2014.

SANTOS, T. N. A. dos. **Interfaces entre lazer e turismo em teses e dissertações brasileiras**: estado do conhecimento (2009 -2015). 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Ed. Companhia das letras, 2000.

SHARPLEY, R. **Tourism development and the environment**: beyond sustainability? Londres: Libery of congress catalogin in publication data, 2009.

SHARPLEY, R.; TELFER, D. **Tourism and development**: concepts and issues. 2 ed. Londres: Libery of congress catalogin in publication data, 2015.

SOUZA, T. **Lazer e Turismo: reflexões sobre suas interfaces**. SEMITUR, 6. Universidade de Caxias do Sul. 2010. Disponível em: [http://www.uces.br/ucs/tp/IVSeminTur%20eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_6/qt11/arquivos/11/Lazer%20e%20Turismo%20Reflexoes%20Sobre%20Suas%20Interfaces.pdf](http://www.uces.br/ucs/tp/IVSeminTur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/qt11/arquivos/11/Lazer%20e%20Turismo%20Reflexoes%20Sobre%20Suas%20Interfaces.pdf).

Acesso em 10 maio 2016.

TELFER, D. J. The evolution of development theory and tourism. In: SHARPLEY, R.; TELFER, D. **Tourism and development: concepts and issues**. 2 ed. Londres: Libery of congress catalogin in publication data, 2015.

VEIGA, J.L da. **1948 – Desenvolvimento sustentável do século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Gramond, 2008.

VERAS F. *et al.* **Análises Territorial del Turismo y Planificación de Destinos Turísticos**. Valencia: Ed. Tirant Humanidades, 2014.

ZINGONI, Patrícia. Descentralização e novos desafios para a política pública de lazer em Belo Horizonte. **Cinergis**, v.2, n.1. Jan/Jun, 2001.

\_\_\_\_\_. Lazer como fator de desenvolvimento regional: a função social e econômica do lazer na atual realidade brasileira. In: MÜLLER, A.; DaCASTA. L.P. **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

#### Endereço para correspondência

Rua Waldir Leite Pena, nº 195, apto 301 - Bairro Silveira – Belo Horizonte – Minas Gerais.  
CEP: 31140-420  
Tel.: 31 998237078

Recebido em:  
14/10/2016

Aprovado em:  
30/11/2016